

POLÍTICA & PODER

SAÚDE SUPLEMENTAR

Editor responsável:
Etevaldo Dias

Editores executivos:
Maurício Júnior e Lenir Camimura

BSB, sexta, 05.12.08

Edição Nº 632

Regulação

Médicos querem reajuste para partos normais

Os médicos abriram as portas para deixar entrar a discussão sobre parto normal. Último grupo que faltava para ser envolvido na campanha deflagrada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), com apoio do Ministério da Saúde, os médicos participaram, nessa quinta-feira (04), do I Fórum sobre Atendimento Obstétrico no Setor Suplementar, na sede do Conselho Federal de Medicina (CFM), em Brasília. Para a gerente-geral Técnico-Assistencial de Produtos da ANS, Martha Oliveira, o envolvimento dos médicos na questão será fundamental para o sucesso da campanha.

Os médicos, por sua vez, além de apresentarem questões técnicas ligadas à obstetrícia, também reclamaram que, sem a discussão sobre a melhora da remuneração da categoria, nada seria feito. De acordo com o diretor de Saúde Suplementar da Federação Nacional dos Médicos (Fenam), Dr. Márcio Bichara, que também é obstetra, do ponto de vista de mercado, se os planos continuarem pagando consultas a R\$ 25, não adianta esperar que o médico limpe sua agenda para ficar por conta de um parto normal, que pode levar mais tempo para acontecer.

Para Bichara, a falta de uma remuneração justa empurra os médicos a não se esforçarem a convencer a paciente a escolher o parto normal. Segundo ele, a remuneração deveria compensar a hora dedicada à paciente em que o profissional deixou de atender outros casos.

Para a gerente da ANS, Martha Oliveira, a remuneração deve, sim, ser discutida. Contudo, isso não pode ser usado como justificativa para uma má prática. A preocupação tanto de médicos quanto de operadoras, deve estar na atenção à saúde e não na economia, afirmou Martha.

A opinião foi compartilhada pelo assessor da Superintendência de Atenção à Saúde Suplementar da Unimed Paulistana, Luis Gerk de Azevedo Quadros. De acordo com ele, do ponto de vista financeiro, não há benefício efetivo para as operadoras que o parto seja normal ou cesárea, já que para qualquer tipo de parto é utilizada a mesma equipe médica. Logo, a redução do número de cesáreas não significa, necessariamente a diminuição do custo. Assim, a discussão não pode estar focada na economia, mas na atenção à saúde.

De acordo com os dados apresentados por Gerk, 90% dos partos registrados na Unimed Paulistana são cesáreos e este percentual preocupa a operadora. Principalmente porque existe, hoje, uma cultura da banalização da cesárea, que tem sido tratada como procedimento corriqueiro, mas que traz o risco das mesmas complicações que qualquer outra cirurgia. Por isso, Gerk defende que a discussão não seja feita somente no meio médico, mas com toda a população, tendo em vista que a questão deixa de ser técnica e passa a ser cultural.

Para o assessor da Unimed, o simples fato de aumentar a remuneração não vai resolver o problema. Ele citou como exemplo os médicos particulares que, mesmo ganhando mais do que nos convênios, têm um alto índice de partos cesáreos realizados. O procedimento ganha força por ser mais prático e cômodo para o médico e para o paciente, mas não se leva em conta que os riscos são muito maiores.

Ainda assim, a ANS disse ter saído satisfeita do encontro, porque percebeu que dois consensos foram firmados: primeiro, existe um problema; segundo, é preciso buscar a solução. (Lenir Camimura)